DocuSign Envelope ID: C4C67A5F-3D66-4208-B0A9-617CA3475276

Fibre Brasil Participações S.A.

CNPJ: 37.513.619/0001-00

Demonstrações Financeiras Referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023 (em reais - R$)

Balanços patrimoniais	Notas	2023	2022
Ativo/Ativo circulante			
Disponibilidades	4	**660.143**	870.762
Outros ativos		**30.139**	–
		690.282	870.762
Ativo não circulante			
Investimentos ao valor justo	5	**428.300.000**	378.600.000
Ativo total		**428.990.282**	379.470.762

Balanços patrimoniais	Notas	2023	2022
Passivo/Passivo circulante			
Contas a pagar		**–**	22.978
Impostos a pagar	7	**3.976**	1.784
		3.976	24.762
Passivo não circulante			
Provisão	8	**69.400.000**	139.800.000
Passivo total		**69.403.976**	139.824.762
Ativos líquidos		**359.586.306**	239.646.000
Patrimônio líquido			
Capital social			
Reserva de capital		**380.398.393**	277.798.393
Capital social		**42.266.988**	30.866.988
	9	**422.665.381**	308.665.381
Perdas acumuladas		**(63.079.075)**	(69.019.381)
Total de patrimônio líquido		**359.586.306**	239.646.000

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Reserva de capital	Capital social	Lucros acumulados (perdas)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		129.523.354	14.391.984	10.706.943	154.622.281
Contribuição de capital	9	148.275.039	16.475.004	–	164.750.043
Total de resultados abrangentes referentes ao exercício - Lucro líquido referente ao exercício		–	–	(79.726.324)	(79.726.324)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		277.798.393	30.866.988	(69.019.381)	239.646.000
Contribuição de capital	**9**	**102.600.000**	**11.400.000**	**–**	**11.400.000**
Total de resultados abrangentes referentes ao exercício - Prejuízo líquido do exercício		**–**	**–**	**5.940.306**	**5.940.306**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**380.398.393**	**42.266.988**	**(63.079.075)**	**359.586.306**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Notas	2023	2022
Receitas		**–**	–
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	**(159.583)**	(375.930)
Total das despesas operacionais		**(159.583)**	(375.930)
Prejuízo operacional líquido antes do resultado financeiro		**(159.583)**	(375.930)
Resultado financeiro líquido			
Resultado financeiro		**(111)**	(346)
Prejuízo operacional líquido		**(159.694)**	(376.276)
Ganho (perda) líquido sobre investimentos ao valor justo			
Ganho (perda) líquido não realizado sobre investimentos ao valor justo	5	**6.100.000**	(79.350.048)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**5.940.306**	(79.726.324)
Outros resultados abrangentes		**–**	–
Total de resultados abrangentes referentes ao exercício		**5.940.306**	(79.726.324)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	**5.940.306**	(79.726.324)
Fluxos de caixa operacionais antes das alterações no capital de giro	**5.940.306**	(79.726.324)
Alterações no capital de giro		
Diminuição nas contas a receber	–	50
Aumento de outros ativos	**(30.139)**	–
Diminuição nas contas a pagar	**(22.978)**	(22.969)
Aumento (diminuição) nos impostos a pagar	**2.192**	(7.881)
Aumento (diminuição) de investimentos	**(49.700.000)**	78.300.000
Diminuição em outros valores a pagar	**–**	(141.000.000)
Diminuição na provisão	**(70.400.000)**	(22.700.000)
Fluxos de caixa decorrentes de operações	**(120.150.925)**	(85.430.800)
Fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento		
Proventos advindos de contribuições de capital	**114.000.000**	164.750.043
Fluxos de caixa líquidos decorrentes de atividades de financiamento	**114.000.000**	164.750.043
Diminuição líquido do caixa	**(210.619)**	(407.081)
Disponibilidades, início do exercício	**870.762**	1.277.843
Disponibilidades, fim do exercício	**660.143**	870.762

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1) Constituição e Natureza de Operações: A Fibre Brasil Participações S.A. (a "Companhia") é uma Companhia anônima com sede registrada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, Torre Norte, 5º andar, Conj. 51, Itaim Bibi, município de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é subsidiária da Caisse de dépôt et de placement du Québec ("CDPQ" ou "Controladora"). A CDPQ é uma Companhia constituída em Quebec, Canadá. A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 e foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"). O objeto social da Companhia é a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior. **2) Resumo das Principais Políticas Contábeis: 2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei brasileira de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), conforme alterada pela Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007, e a Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). **Alterações em políticas contábeis e normas emitidas ou alteradas recentemente:** As políticas contábeis adotadas condizem com as do exercício financeiro anterior. **Apresentação e base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, em exceção a determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, conforme descrito nas seguintes políticas contábeis. O custo histórico é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca de ativos. Os ativos e passivos foram classificados como circulante quando fosse provável que sua realização ou liquidação ocorresse nos próximos 12 meses. Do contrário, foram classificados como não circulante. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho Executivo de Administração da Companhia em 17 de Maio de 2024. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é a moeda funcional que atua a Companhia e a moeda de seus relatórios financeiros. Todos os valores são expressos em reais, salvo indicação em contrário. As transações em moedas estrangeiras são mensuradas em reais e registradas às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são mensurados às taxas de câmbio vigentes ao fim do período do relatório. Itens não monetários mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi mensurado. O patrimônio líquido é convertido às taxas históricas. As diferenças cambiais decorrentes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários ao fim do período de relatório são reconhecidas nos resultados. **2.2. Estimativas e julgamentos contábeis significativos:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia em conformidade com as CPCs os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos relacionados são analisados continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos feitos na aplicação de políticas contábeis:** Ao aplicar as políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles envolvendo estimativas, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **(a) Apuração como entidade de investimento:** As entidades que atendem à definição de entidade de investimento prevista no CPC 35 - Demonstrações Separadas são obrigadas a mensurar suas controladas ao valor justo por meio do resultado, em vez de consolidá-las. Os critérios que definem uma entidade de investimento são os seguintes: (i) Uma entidade que obtém recursos de um ou mais investidores com a finalidade de fornecer serviços de investimento a esses investidores; (ii) Uma entidade que declara a seus investidores que seu objetivo comercial é investir recursos exclusivamente para retornos decorrentes de valorização do capital, rendimentos de investimentos ou ambos; e (iii) Uma entidade que mensura e avalia o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no valor justo. O objetivo da Companhia é investir em private equity para fins de retomo na forma de rendimentos de investimentos e valorização de capital. A administração e os conselheiros monitoram o desempenho da Companhia e informam esse desempenho aos seus investidores com base no valor justo. Todos os investimentos são informados ao valor justo na extensão permitida pelos CPCs nas demonstrações financeiras da Companhia e a Companhia possui uma estratégia de saída claramente documentada para todos os seus investimentos. A administração também concluiu que a Companhia atende às características adicionais de uma entidade de investimento, na medida em que possui mais de um investimento e sua Controladora obteve recursos de mais de um depositante. Embora sua controladora não satisfaça a terceira característica de ter investidores que não são partes relacionadas porque sua controladora e os depositantes são relacionados, a empresa ainda assim se qualifica como entidade de investimento. A administração acredita que ter depositantes relacionados à entidade de investimento não compromete a missão de sua controladora de investir para obter retornos decorrentes de valorização de capital, rendimentos de investimentos, ou ambos, para seus depositantes. Ante o exposto, a administração concluiu que a Companhia atende à definição de entidade de investimento. Essas conclusões serão reavaliadas anualmente, caso algum desses critérios ou características se alterem. **(b) Participações em outras entidades:** A administração deve exercer discernimento para determinar se a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre determinadas entidades e sobre a detenção de participação em entidades estruturadas. Será exercido discernimento sobre a relação entre a Companhia e qualquer entidade na qual a Companhia detenha participação no momento do investimento inicial e ele será reavaliado quando fatos e circunstâncias indicarem que houve uma ou mais alterações nos elementos de controle. A Companhia detém participações em uma entidade estruturada quando direitos de voto ou análogos não forem o fator predominante na decisão de quem controla a entidade. A Companhia controla uma controlada, incluindo uma entidade estruturada, somente se os critérios do CPC 35 forem atendidos: 1) tem poder de decisão sobre as atividades relevantes da entidade; 2) tem exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de sua interação com a entidade; e 3) tem poder de influenciar o valor dos retornos. Quando a gerência detém o poder de decisão, vários fatores são levados em consideração, como a existência e o efeito de direitos de voto reais e potenciais detidos pela Companhia que possam ser exercidos, a posse de instrumentos conversíveis em ações com direito a voto, a existência de acordos contratuais por meio dos quais as atividades relevantes da entidade podem ser determinadas, bem como outras circunstâncias que afetarem a tomada de decisões. A Companhia tem influência significativa sobre uma coligada quando tiver o poder de participar das decisões da política financeira e operacional da entidade. Considera-se que possui influência significativa quando detiver 20% ou mais dos direitos de voto de uma entidade, mas não possui controle ou controle conjunto. A Companhia tem controle conjunto sobre uma joint venture quando houver um acordo contratual ou tácito em que as decisões sobre atividades relevantes requererem a anuência unânime das partes que compartilham o controle e quando essas partes tiverem direitos sobre os ativos líquidos do acordo. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As principais premissas relativas ao futuro e outras fontes principais de incerteza das estimativas ao fim do período de relatório são apresentadas abaixo. A administração baseou suas estimativas e premissas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram elaboradas. As circunstâncias existentes e pressupostos referentes a desenvolvimentos futuros podem, entretanto, mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgirem fora do controle da Companhia. Tais mudanças são indicadas nas premissas, quando ocorrerem. Valor justo de instrumentos financeiros. O valor justo é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de avaliação de forma condizente com a estratégia de investimento da Companhia. A Companhia investe em instrumentos financeiros mensurados ao valor justo que são baseados em políticas e processos internos de avaliação. Constam informações de valor justo na nota 6. Os investimentos para os quais as cotações de mercado não estejam prontamente disponíveis são avaliados por seu valor justo conforme determinado de acordo com os procedimentos adotados pela Companhia, tais como as diretrizes internacionais de avaliação geralmente aceitas com a recomendação da gerência, o que inclui a aplicação de técnicas de avaliação por referência aos valores justos de transações recentes em condições normais de mercado, o uso de múltiplos de empresas comparáveis, como múltiplos de EBITDA, múltiplos de preço para valor contábil e análises de fluxo de caixa descontado, ajustados para refletir as circunstâncias específicas do emissor. Devido à incerteza inerente da avaliação, esses valores estimados podem divergir expressivamente. **2.3. Ativos financeiros e passivos financeiros: (a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros (e somente nesse momento). A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Quando os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente, são mensurados ao valor justo acrescido, no caso de ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos diretamente atribuíveis. **Mensuração posterior:** (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais que correspondem apenas a pagamentos do valor principal e juros sobre o valor principal. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, subtraída a desvalorização. A Companhia inclui nesta categoria disponibilidades e contas a receber. (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (FVTPL): O modelo de negócios da Companhia para gestão de investimentos e a avaliação de desempenho são baseados no valor justo. Dessa forma, o investimento é classificado e mensurado ao FVTPL. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao FVTPL são mensurados pelo valor justo. Quaisquer ganhos ou prejuízos decorrentes de alterações no valor justo dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou prejuízos líquidos de ativos financeiros ao valor justo incluem diferenças cambiais. (iii) Baixa contábil: Os ativos financeiros são baixados quando prescrevem os direitos contratuais para receber o fluxo de caixa decorrente dos ativos, praticamente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo ou controle dos ativos são transferidos. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, as diferenças entre o valor contábil e a soma da contraprestação recebida são reconhecidas no resultado. (iv) Desvalorização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. (b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se toma parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros (e somente nesse momento). A Companhia determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensuração posterior:** (i) Passivos financeiros ao custo amortizado: Todos os passivos financeiros são mensurados posteriormente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Ganhos e prejuízos são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados e por meio do processo de amortização. (ii) Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é quitada, cancelada ou prescrita. Na baixa, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. **2.4. Participações em outras entidades:** As participações da Companhia em controladas, coligadas e entidades estruturadas não controladas são classificadas ao valor justo por meio do resultado, pois a Companhia atende à definição de entidade de investimento abrigada no CPC 35. Consequentemente, a Companhia não consolida suas controladas e não contabiliza seu investimento em coligadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.5. Disponibilidades:** Disponibilidades compreendem depósitos à ordem e aplicações financeiras de curto prazo de elevada liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de disponibilidades e sujeito a um risco irrisório de alteração de valor. **3) Normas Emitidas, mas ainda sem Efeito:** Não se espera que nenhuma norma emitida ou alterada que ainda não esteja em vigor na data das demonstrações financeiras tenha um impacto relevante sobre elas.

4) Disponibilidades:	2023	2022
Contas bancárias	**660.143**	870.762

5) Investimento a Valor Justo: Em 02 de julho de 2021, a Companhia adquiriu 500.001 ações representativas de 25% de participação na FiBrasil, uma joint venture que desenvolve e opera uma rede de fibra ótica no Brasil cuja principal arrendatária é a Vivo, empresa brasileira de telecomunicações. As ações foram adquiridas diretamente da Vivo. Os detalhes sobre o investimento ao valor justo ao fim do período de relatório são os seguintes:

			31 de dezembro de 2023
Tipo de investimento	**Custo**	**Valor justo**	**Perda não realizada no investimento**
Investimento na FiBrasil	**490.650.452**	**428.300.000**	**(62.350.452)**

			31 de dezembro de 2022
Tipo de investimento	**Custo**	**Valor justo**	**Perda não realizada no investimento**
Investimento na FiBrasil	447.050.452	378.600.000	(68.450.452)

Efeito no resultado da perda não realizada no investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R$6.100.000 ((R$179.350.048) em 31 de dezembro de 2022). **6) Valor Justo de Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância das informações utilizadas na realização das mensurações. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a Companhia possa acessar na data de mensuração; Nível 2 - Dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que possam ser observados para os ativos ou passivos diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços); e Nível 3 - Dados referentes aos ativos ou passivos que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados que não possam ser observados). O nível na hierarquia do valor justo dentro do qual as mensurações do valor justo são classificadas em sua totalidade é determinado em função do dado de menor nível que seja significativo às mensurações do valor justo em sua totalidade. Para tanto, a significância de um dado é avaliada em relação às mensurações do valor justo em sua totalidade. Se uma mensuração de valor justo utilizar dados observáveis que requerem ajuste significativo com base em dados não observáveis, a mensuração é classificada como Nível 3. Avaliar a significância de um dado específico para as mensurações do valor justo em sua totalidade requer discernimento, considerando fatores específicos do ativo ou passivo. A determinação do que constitui "observável" requer discernimento significativo por parte da administração. A administração considera dados observáveis como dados de mercado prontamente disponíveis, distribuídos ou atualizados regularmente, confiáveis e verificáveis, não exclusivos e fornecidos por fontes independentes que participem ativamente do respectivo mercado. O valor justo de todos os demais instrumentos financeiros, como disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, impostos a pagar e outras contas a pagar, aproximam-se do valor contábil devido à sua natureza de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o investimento da Empresa foi classificado como instrumento de nível 3. **Transferências entre níveis da hierarquia de valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não ocorreram transferências entre níveis. **Reconciliação de nível 3:** Para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia, a saber, os investimentos, as reconciliações entre os saldos inicial e final em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial	**378.600.000**	456.900.000
Aquisição de investimento	**43.600.000**	1.050.048
Ganho (perda) líquido não realizado em investimentos ao valor justo	**6.100.000**	(79.350.048)
Saldo final	**428.300.000**	378.600.000

Data de referência 31 de dezembro de 2023, o valor justo deste investimento é mensurado utilizando o método do fluxo de caixa descontado. Não foi realizada análise de sensibilidade para esse investimento.

7) Impostos a Pagar:	2023	2022
IRRF Retidos	**970**	699
PIS - Cofins - CSLL Retidos	**3.006**	1.085
	3.976	1.784

8) Outros Valores a Pagar e Provisão: Em Dezembro de 2023, a Companhia registrou uma obrigação de R$69.400.000 (R$139.800.000 em 31 de dezembro de 2022), representando os ganhos a pagar à Vivo. FiBrasil, em relação às 200.001 ações adquiridas da Vivo em 02 de julho de 2021. O valor da contraprestação contingente aumentou o valor de custo do investimento da Companhia na FiBrasil e foi depositado na conta de provisão. A Companhia reavalia o valor da contraprestação contingente simultaneamente à reavaliação de seu investimento na FiBrasil. **9) Capital Social:** O capital subscrito totaliza R$422.665.381, representado por 422.665.381 ações ordinárias com valor nominal de R$1,00 cada. O capital é detido da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Acionistas	**Participação acionária (%)**	**Valor das ações**	**Participação acionária (%)**	**Valor das ações**
Caisse de dépôt et placement du Québec	**99,84%**	**421.982.503**	99,84%	308.171.516
O.C. Services B.Y.	**0,16%**	**682.878**	0,16%	493.865
Ações ordinárias, como em	**100,00%**	**422.665.381**	100,00%	308.665.381

10) Despesas Gerais e Administrativas:	2023	2022
Contabilidade	**89.893**	332.945
Auditoria	**43.816**	42.985
Outras despesas	**25.874**	–
	159.583	375.930

11) Identificação e Gestão de Risco: Visão geral da gestão de riscos: A Companhia está exposta aos riscos descritos abaixo. As estratégias, políticas e controles implementados visam assegurar que os riscos financeiros e riscos relacionados assumidos pela Companhia estejam alinhados aos objetivos da Companhia e ao nível de tolerância a riscos. Além disso, os riscos financeiros da Companhia são regidos por políticas e procedimentos adotados pelo CDPQ, que fornecem uma estrutura para gestão de riscos financeiros para todas as operações da Companhia. A política de gestão integrada de riscos do CDPQ define o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aos quais a Companhia está exposta. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de oscilação do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças nos preços de mercado. Está relacionado sobretudo ao risco de juros. O risco de taxas de juros é o risco de oscilação do valor justo de instrumentos financeiros ou dos fluxos de caixa futuros como resultado de alterações nas taxas de juros de mercado. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição à variação nas taxas de juros. A Companhia está exposta aos efeitos de mudanças futuras no nível prevalecente das taxas de juros sobretudo em razão dos depósitos bancários da Companhia. Como a receita de juros derivada de depósitos com bancos não é considerada uma fonte importante de receita para a Companhia, o impacto das mudanças nas taxas de juros sobre os ativos financeiros da Companhia é mínimo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrer perda de valor caso um tomador de empréstimo, endossado ou fiador passe por uma deterioração em sua situação financeira, deixe de cumprir uma obrigação de amortização de um empréstimo ou não cumpra qualquer outro compromisso financeiro. O risco de crédito dos ativos financeiros da Companhia, como disponibilidades e outros valores a receber, decorre da inadimplência da outra parte, com exposição máxima igual aos valores contábeis desses instrumentos. As disponibilidades são mantidas em instituições financeiras conceituadas enquanto os demais valores a receber são muito baixos. Como resultado, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vigência, uma vez que tal desvalorização seria totalmente insignificante para a Companhia. Não há nenhum ativo financeiro vencido ou desvalorizado ou que de outra forma estaria vencido ou desvalorizado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de déficit de caixa encontrado pela Companhia para cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros. A política da Companhia prevê monitorar regularmente suas necessidades de liquidez no curto e longo prazos. A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos fluxos de caixa contratuais não descontados do passivo não circulante, a saber, a provisão:

				31 de dezembro de 2023	
	Sob demanda	**Menos de 1 ano**	**1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Provisão	–	–	**568.945**	**313.436.662**	**314.005.607**

				31 de dezembro de 2022	
	Sob demanda	**Menos de 1 ano**	**1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Provisão	**–**	**–**	25.453.205	409.662.991	435.116.196

12) Participações em Outras Entidades: Coligadas: A tabela a seguir apresenta as participações societárias detidas nas principais coligadas em 31 de dezembro de 2023, bem como as participações comparativas em 31 de dezembro de 2022:

		2023	2022
	Sede	**Participação Acionária (%)**	**Participação Acionária (%)**
Utilidades			
Serviços de abastecimento público FibBrasil[1]	Brazil	**25,00**	25,00

[1] A Companhia detém o controle conjunto da FibBrasil, pois detém, juntamente com a Controladora, um total de 50,00% do capital com direito a voto.

Diretoria
Eduardo Edmond Farhat - Diretor
Contador
Denis Satolo - Accountant - CRC 1SP156.259/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas da **Fibre Brasil Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fibre Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os respectivos princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável peia elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha outra alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A administração da Companhia é responsável pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as ISAs sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevante quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável quando, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissões ou representações intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de Maio de 2024

ERNST& YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O
Emanuel Menezes Couto
Accountant SP328006/O

EY Building a better working world

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024 - EDITAL Nº 16/2024

LEANDRO MAFFEIS MILANI, Prefeito de Birigui, Estado de São Paulo, usando das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que com fundamento no parecer da Agente de Contratação titular e suplente, nomeados pelas Portarias nº 05 e 47/2024, ADJUDICA o objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024, à licitante: VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. (CNPJ Nº 16.605.981/0001-30), para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE EXECUÇÃO DE TRECHO DE EMISSÁRIO DO BAIXOTES – 3ª ETAPA-BIRIGUI-SP, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIROS E PROJETOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, no valor global de R$ 374.450,81 (trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais, e oitenta e um centavos), e HOMOLOGA o processo licitatório em questão. Prefeitura Municipal de Birigui, aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Processo SEI nº. 024.00071162/2024-21 Interessado: Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital. Assunto: Aquisição de bens de consumo (gêneros alimentícios) - Entrega Imediata. Encontra-se aberto no Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital o Pregão Eletrônico Nº: 90022/2024 promovido para aquisição de bens de consumo (gêneros alimentícios), entrega parcelada, cuja sessão será no dia 12/06/2024 às 09:00 horas, nos endereços eletrônicos www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br, www.imprensaoficial.com.br e www.gazetasp.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo email dgac-compras@saude.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3385-7114 / 3385-7043 e no endereço Rua Leopoldo Miguez, 327 - 2º Andar - Setor Azul - Cambuci/SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO
PROCESSO nº 0300004225/2023-PG-3 – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2024 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2024.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE RESSON NCIAS NUCLEARES MAGNÉTICAS COM LAUDO, RESSON NCIAS NUCLEARES MAGNÉTICAS COM CONTRASTE COM LAUDO E RESSON NCIAS NUCLEARES MAGNÉTICAS COM SEDAÇÃO COM LAUDO.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14 de junho de 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas.
O Edital estará disponível a partir de 29 de maio de 2024, no Departamento de Licitações situada na Rua Paissandu, 444, Centro no município de Jaú, através de míd